



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

Ofício Gabinete - 0173/2011. FMTF

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 86, da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei n.º 07/2011 (Of. Leg. n.º 0189/2011) que: "Veda o assédio moral no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundações Públicas do Município de Pelotas".

.....

Considerando parecer da Procuradoria Geral do Município apenso, decidi vetar o presente projeto, por considerá-lo manifestamente inconstitucional e ilegal, por afronta ao princípio da independência e harmonia dos Poderes, ao propor medida de natureza político-administrativa própria do Poder Executivo, via projeto de lei, pois compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa na organização e funcionamento da administração pública, bem como, planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais (artigos 1º, 4º e 62, IV e XIII da LOM c/c artigos. 5º, 8º, 60, II "d" e 82, III e VII, todos da Carta Estadual e artigos 2º, 61, §1º, II, "b" da CF/88) e o Estatuto (regime jurídico) dos servidores públicos municipais (Lei nº 3.008/86).

Estas Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 29 de abril de 2011.


Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS-29-04-2011-10:57-001799-1/2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PL 000003/2011

PROCEDÊNCIA: SERVIÇO DE ATOS OFICIAIS/SMG
INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
ASSUNTO: OF LEG 0189/11 – PL ASSÉDIO MORAL

Da análise dos autos, atendendo solicitação, retorne ao Procurador Geral do Município, com a Minuta de VETO ao PROJETO DE LEI (Of. Leg. n.º 0189/11) que: ***“Veda o assédio moral no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundações Públicas do Município de Pelotas, e dá outras providências”.***

Prazo para eventual veto: 15 dias úteis contados do recebimento no Gabinete (art. 86, §1º da LOM).

Em, 25.04.11

Jonathas Toralles Jr.
Procurador Municipal
OAB/RS 19016



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2

MENSAGEM:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pelotas/RS,
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 86 da LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, decidi vetar TOTALMENTE o PROJETO DE LEI (Of. Leg. n.º 01894/11) que: *“Veda o assédio moral no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundações Públicas do Município de Pelotas, e dá outras providências”*.

Senhores Vereadores:

Decidi vetar o presente projeto, por considerá-lo manifestamente inconstitucional e ilegal, por afronta ao princípio da independência e harmonia dos Poderes, ao propor medida de natureza político-administrativa própria do Poder Executivo, via projeto de lei, pois compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa na organização e funcionamento da administração pública, planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais, também com relação a matéria pertinente ao ESTATUTO (regime jurídico) dos servidores públicos municipais (Lei n.º 3008/86), forte o disposto nos artigos 1º, 4º e 62, IV e XIII da LOM c/c artigos. 5º, 8º, 60, II “b” e “d” e 82, III e VII, todos da Carta Estadual e artigos 2º, 61, §1º, II, “b” e “c” da CF/88.

Ao lado disso, entendo que o projeto seria contrário ao interesse público. **Primeiro**, porque manifestamente ilegal, por falta de suporte legal, pois a Lei Orgânica vai firme no sentido de que compete privativamente ao Prefeito planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais também com relação a matéria pertinente ao ESTATUTO (regime jurídico) dos servidores públicos municipais, tal como acima alinhado. **Segundo**, porque o ESTATUTO (lei n.º 3008/86) foi recepcionado pela Lei Orgânica Municipal, na condição de LEI COMPLEMENTAR, forte o disposto no art. 2º, V do ADGT da LOM, pelo que, só poderia ser alterado via projeto de lei complementar, não sendo o caso dos autos, configurando-se ilegal a proposta, por contrariar a lei maior local, portanto, contrária ao interesse público. **Terceiro**, porque essa matéria já está disciplinada no referido no estatuto, em outro dispositivo legal (artigo 125, IX da Lei n.º 3008/86), embora com outras



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3

letras, não de forma tão ampla e contundente como a que foi proposta, podendo causar distorções, recomendando cautela e estudo mais criterioso a respeito. **Quarto**, porque a proposta carrega manifesta inpropriedade no “caput” do artigo primeiro, ao consignar que : “*Fica vedado o assédio (...)*”, podendo sugerir que tal fora permitido, o que não corresponde a realidade, contrariando, assim, a boa técnica legislativa. Aliás, ao que decorre do acima exposto, a matéria poderia ser inserida, de forma sucinta e bem vazada, no próprio Estatuto, reservando mais oportunidade para avaliação, por mérito, do caso concreto, também aproveitando o procedimento existente. **Quinto**, porque a proposta incidiu em manifesto equívoco ao fazer remissão ao artigo 249 da Lei n.º 3.181/76, pois essa norma local trata de matéria orçamentária e/ou não se trata de norma local. Aliás, cabe consignar que o mencionado artigo 249 trataria da matéria com relação aos servidores do município de Ribeiro Preto/SP, inaplicável ao caso em pauta, por motivos óbvios.

Lei n.º 3.181 de 23 de Julho de 1976
DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO
CAPÍTULO VII
DA AÇÃO DISCIPLINAR
SEÇÃO II
DAS PENALIDADES

Art. 249 - A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada:

I - até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente;

II - nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão.

Parágrafo Único - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cinquenta por cento) por dia, de vencimento, ou remuneração, obrigado o funcionário neste caso a permanecer em serviço.

Assim, tenho que a proposta é manifestamente inconstitucional, também ilegal, portanto, contrária ao interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Pelotas, 25 de abril de 2011

ADOLFO ANTÔNIO FETTER JÚNIOR
Prefeito